

Leia-se: "Fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA do Contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 13/07/2022, nos termos no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993 e Cláusula Nona, item 9.1, do contrato em apreço."

Data de Assinatura: 14/12/2022.

Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 887670

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

Núm. do Termo aditivo: 1º

Núm. do Convênio: 001/2022-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e o BANCO DAYCOVAL S/A.

Objeto do Contrato: Realização de consignação em folha de pagamento de parcelas referentes a empréstimos e financiamentos concedidos pelo BANCO DAYCOVAL aos membros e servidores do MINISTÉRIO PÚBLICO.

Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, nos termos da Cláusula Segunda do contrato em apreço.

Data de Assinatura: 14/12/2022

Vigência do Aditamento: 21/01/2023 a 20/01/2024.

Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 887789

PENSÃO

Portaria Nº 7092/2022-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do requerimento datado de 8/8/2022, protocolizado no "SIP" sob o nº 11701/2022, em 9/8/2022,

CONSIDERANDO os termos do Parecer nº 316/2022-ASS/JUR/PJG, datado de 27/9/2022, acolhido in totum por esta Procuradoria-Geral de Justiça, R E S O L V E:

CONCEDER, com fundamento no art. 6º, inciso I, § 2º; 14, § 1º, 25-A, § 1º da Lei Complementar nº 039/2000, com as alterações da Lei Complementar nº 128/2020, PENSÃO POR MORTE vitalícia, em favor de JAICELEY DOS SANTOS SILVA, ex-companheira do Adjunto de Promotor de Justiça de 1ª Entrância Aposentado deste Ministério Público Estadual, CLAUDINO DE ARAÚJO E SILVA, Matrícula nº 805.849, falecido em 30/6/2022, benefício que, nesta situação, em termos brutos, corresponde a R\$ 4.864,71 (quatro mil oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e setenta e um centavos), com o atendimento dos requisitos legais estabelecidos no art. 6º, § 7º da Lei Complementar nº 039/2000, e reajuste nos mesmos índices e datas aplicáveis aos membros da ativa, com base no art. 93 da Lei Complementar nº 01/1981 c/c art. 54, alínea "b", de referida Lei Complementar; em rateio com a Srª. ANA DA COSTA MENDES, ex-cônjuge, beneficiária de pensão alimentícia, cujo valor bruto corresponde a R\$ 1.216,18 (mil duzentos e dezesseis reais e dezoito centavos), nos termos da Portaria nº 5322/2022-MP/PJG, de 19/9/2022, publicada no D.O.E. de 21/9/2022, conforme abaixo discriminado

TOTAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA - JUNHO/2022

DESCRIÇÃO	REF	VALOR EM R\$
PROVENTO	30 DIAS	10.134,81
TOTAL BRUTO		10.134,81

BASE DE CÁLCULO DA PENSÃO

PROVENTO INTEGRAL		10.134,81
COTA FAMILIAR	50%	5.067,41
COTA POR DEPENDENTE	10%	1.013,48
(=) PROVENTOS DE PENSÃO		R\$ 6.080,89

RATEIO DE PROVENTOS DE PENSÃO POR MORTE

ANA DA COSTA MENDES (Pensão Alimentícia)	20%	R\$ 1.216,18
JAICELEY DOS SANTOS SILVA		R\$ 4.864,71

Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar da data do óbito (30/6/2022), em observância ao disposto no art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 039/2002, de 9/1/2002 - Regime de Previdência Estadual do Pará.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 13 de dezembro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 887623

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 002/2021-MP/PA

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: 01/2022-MP/PA

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATADO: JOSÉ ANTONIO GOMES DA SILVA

Objeto: Contratação temporária de servidor, para desempenhar as funções do cargo de Analista Jurídico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Fundamento Legal: Em conformidade com a Lei Complementar nº. 07, de

25 de setembro de 1991, com o Edital nº. 01 – Processo Seletivo Simplificado – PSS – MPPA, de 14/10/2021 e amparado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como na inexistência de concursados para execução dos serviços essenciais no Ministério Público do Estado do Pará.

Data da Assinatura: 07/12/2022

Vigência: 01 (um) ano. No caso de homologação do resultado do concurso público do MPPA para o cargo efetivo de Analista Jurídico ocorrer durante a vigência do contrato temporário, este poderá ser rescindido a critério da Administração.

Belém/Pa, em 07 de dezembro de 2.022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR

Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 003/2021-MP/PA

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: 01/2022-MP/PA

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATADO: MARINA GUIMARÃES DE ALENCAR RENDEIRO

Objeto: Contratação temporária de servidor, para desempenhar as funções do cargo de Analista Jurídico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Fundamento Legal: Em conformidade com a Lei Complementar nº. 07, de 25 de setembro de 1991, com o Edital nº. 01 – Processo Seletivo Simplificado – PSS – MPPA, de 14/10/2021 e amparado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como na inexistência de concursados para execução dos serviços essenciais no Ministério Público do Estado do Pará.

Data da Assinatura: 07/12/2022

Vigência: 01 (um) ano. No caso de homologação do resultado do concurso público do MPPA para o cargo efetivo de Analista Jurídico ocorrer durante a vigência do contrato temporário, este poderá ser rescindido a critério da Administração.

Belém/Pa, em 07 de dezembro de 2.022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR

Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 004/2021-MP/PA

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: 01/2022-MP/PA

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATADO: ELBA CHARLEM MACEDO DA PONTE

Objeto: Contratação temporária de servidor, para desempenhar as funções do cargo de Analista Jurídico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Fundamento Legal: Em conformidade com a Lei Complementar nº. 07, de 25 de setembro de 1991, com o Edital nº. 01 – Processo Seletivo Simplificado – PSS – MPPA, de 14/10/2021 e amparado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como na inexistência de concursados para execução dos serviços essenciais no Ministério Público do Estado do Pará.

Data da Assinatura: 07/12/2022

Vigência: 01 (um) ano. No caso de homologação do resultado do concurso público do MPPA para o cargo efetivo de Analista Jurídico ocorrer durante a vigência do contrato temporário, este poderá ser rescindido a critério da Administração.

Belém/Pa, em 07 de dezembro de 2.022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR

Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 005/2021-MP/PA

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: 01/2022-MP/PA

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATADO: EVELLYN DOS SANTOS RODRIGUES DO VALE

Objeto: Contratação temporária de servidor, para desempenhar as funções do cargo de Analista Jurídico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Fundamento Legal: Em conformidade com a Lei Complementar nº. 07, de 25 de setembro de 1991, com o Edital nº. 01 – Processo Seletivo Simplificado – PSS – MPPA, de 14/10/2021 e amparado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como na inexistência de concursados para execução dos serviços essenciais no Ministério Público do Estado do Pará.

Data da Assinatura: 07/12/2022

Vigência: 01 (um) ano. No caso de homologação do resultado do concurso público do MPPA para o cargo efetivo de Analista Jurídico ocorrer durante a vigência do contrato temporário, este poderá ser rescindido a critério da Administração.

Belém/Pa, em 07 de dezembro de 2.022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR

Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 006/2021-MP/PA

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: 01/2022-MP/PA

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATADO: REBECA CUIMAR BORGES CARTAGENES

Objeto: Contratação temporária de servidor, para desempenhar as funções do cargo de Analista Jurídico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Fundamento Legal: Em conformidade com a Lei Complementar nº. 07, de 25 de setembro de 1991, com o Edital nº. 01 – Processo Seletivo Simplificado – PSS – MPPA, de 14/10/2021 e amparado nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como na inexistência de concursados para execução dos serviços es-